

CENTRO, SUB-CENTROS E NOVAS CENTRALIDADES NA METRÓPOLE SOTEROPOLITANA.

Janio Santos

Doutorando em Geografia pela UNESP -Presidente Prudente, Bolsista da FAPESB

E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Esta pesquisa analisa o processo de (re)estruturação do espaço urbano a partir da investigação sobre os centros, as novas centralidades e os sub-centros na metrópole regional soteropolitana, tendo como metodologia a construção de princípios teórico-metodológicos, montagem de base cartográfica, pesquisa in *lócus*, elaboração de mapas temáticos e reflexões conclusivas. Salvador passou por um processo de ruptura na estruturação do espaço urbano entre as décadas de 1940 e 1970, em função das profundas transformações, principalmente, de ordem política, econômica, técnica e social na cidade, o que convergiu para a constituição de um novo processo de estruturação do espaço urbano. Concomitante a este fato ocorreu a intensificação da expansão do tecido urbano na/da cidade, provocando o (e sendo provocado pelo) surgimento de novos espaços de (re)produção do consumo nas áreas mais afastadas do centro (tradicional), identificado na paisagem pela implantação de *shoppings centres*, mega-estabelecimentos comerciais, aglomerado de estabelecimentos de serviços públicos e privados. Este processo modificou o papel do centro (histórico) da cidade, da mesma forma que acarretou na constituição de novos conteúdos, tanto para estas novas centralidades e sub-centros que se constituíram, quanto para os velhos sub-centros já existentes na periferia de Salvador. O processo de (re)estruturação do espaço urbano revela uma sobreposição entre a típica estruturação centro-periferia e a estruturação poli(multi)centralidades-cidade. Neste sentido, é verossímil que há uma relação tempo-espaço singular na metrópole regional atual, o que vai incidir diretamente na construção do vivido, do percebido e do concebido pelos sujeitos que produzem (vivendo) o espaço urbano. A metrópole regional, destarte, torna-se poli(multi)centrípeda, constituindo novos componentes na dialética entre velho e novo, entre produção coletiva e apropriação individual e entre direito à cidade e sua negação.

Palavras-chave: Centro, sub-centro, centralidades, estrutura urbana e reestruturação urbana.

Introdução

As mudanças ocorridas na sociedade nos últimos dois séculos, mormente, o fenômeno da urbanização e a modernização do pensar a sociedade provocaram transformações espaciais profundas que solaparam as velhas estruturas territoriais, sem necessariamente destas se destituírem, impetrando um conjunto de novas lógicas nas cidades.

No que diz respeito a urbanização, eixo central da análise proposta, percebeu-se nos séculos XIX e XX um movimento de estruturação urbana e das cidades cuja singularidade diferencia-se de outros movimentos precedentes. Acompanhando este processo de estruturação, ocorre, *a posteriori*, na organização das cidades em nível mundial, o que ficou denominado como um processo de reestruturação urbana e das cidades que, incorporando a dinâmica da estruturação, reconstrói a estrutura urbana tecendo uma nova dinâmica à vida urbana.

No caso do Brasil, esta reestruturação ocorreu a partir da expansão do tecido urbano, fortemente influenciado pelo movimento de industrialização que ditou a dinâmica econômica, principalmente, a partir da década de 1930. Este processo iniciou-se nas grandes metrópoles e, paulatinamente, espalhou-se às médias cidades nacionais, acarretando intensas modificações na estrutura urbana das mesmas e redefinindo as relações que se tecem no espaço intra-urbano.

A metrópole regional soteropolitana, como as demais metrópoles brasileiras, passou por este processo, o que incidiu numa nova configuração do tecido urbano, marcado por uma estrutura da cidade bastante diferenciada, se analisado historicamente. É neste sentido, portanto, que a pesquisa ora apresentada propõe discutir a questão da reestruturação urbana e das cidades, centrando as reflexões no caso de Salvador.

Especificamente, neste trabalho, propomos discutir como está organizada a estrutura urbana de Salvador, pensando o mosaico de relações tecidas entre o centro, os sub-centros e as novas centralidades na cidade enquanto demonstração do processo de reestruturação urbana e das cidades. Neste sentido, vale analisar o papel e o conteúdo de cada elemento desta estrutura articulado ao processo de reprodução do espaço urbano, entendendo as ações dos sujeitos, os movimentos de mudanças e as repercussões na urbe.

Pensando a estruturação e a reestruturação urbana e das cidades

Articulada ao desenvolvimento do capitalismo mundial, sem, todavia, restringir-se este, a industrialização ocorrida e *alimentada* pela/na Inglaterra do século XVIII, um

Estado fortemente indutor do pensamento moderno (sendo o industrial, uma de suas facetas) em função do poder hegemônico que detinha neste momento histórico, acentuou e modificou o fenômeno da urbanização do espaço mundial, alterando, mormente, a estrutura das cidades.

Entretanto, muito mais que um processo técnico reduzido às relações que envolvem meios de produção e relações de produção, as “Revoluções Industriais” revelaram-se como produto de mudanças técnico-científicas (Santos, 1997) e culturais que re(des)estruturaram a sociedade e o pensar a sociedade, na medida em que, a partir deste momento, novos escopos vão alicerçar os paradigmas que doutrinam tais mudanças e rupturas.

Segundo Lefebvre (1991), define-se esta sociedade como urbana, jamais classificável como sociedade industrial, mesmo que haja uma relação dialética entre a primeira indutora e a segunda induzida.

Para Castells,

O termo *urbanização* refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativas das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e a difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (Castells, 1983, p. 24).

Spósito (2004), ao analisar o conceito de urbanização, deixa evidente a necessidade de apartarmos o uso indistinto de tal conceito frente às inferências de profissionais da engenharia, arquitetura, economista e mesmo geógrafos, reduzindo-o, por exemplo, ao entendimento sobre as transformações que ocorrem no espaço urbano sob uma dimensão técnica ou de variabilidade na dimensão demográfica. Sua complexidade só pode ser apreendida a partir da discussão sobre as múltiplas transformações que ocorreram na relação entre a sociedade e a natureza ao longo da história, pressupondo uma divisão do trabalho (técnica, social e territorial).

A industrialização foi apenas a propulsora da urbanização da *era moderna*, da construção do *mundo urbano*, sobrelevando o papel das cidades no bojo das relações capitalistas de produção. Contraditoriamente, esta é produto da urbanização enquanto

fenômeno que transpassa o tempo, o que coloca a industrialização como um momento do devir.

Destarte, a partir do acúmulo destas mudanças (rupturas, construções, destruições e reconstruções) no tempo e no espaço converge-se para a materialização singular de um fenômeno na sociedade – a cidade. A urbanização, mais que sua dimensão estrutural concreta, a cidade, deve ser apreendida enquanto um processo, um movimento histórico.

(...) a urbanização é um processo, e, como tal, deve ser lida enquanto um movimento espaço temporal (...). Essa preocupação é retomada aqui, porque não há possibilidade de apreensão da urbanização, como processo complexo que se constitui, sem se analisarem as múltiplas conexões possíveis entre o tempo e o espaço, não apenas considerando a sucessão e a sincronia, mas também o descompasso e a arritmia que marcam o movimento que, no real, articula essas duas dimensões da existência (Sposito, 2004, p. 34).

Neste íterim, urbanização e industrialização, sincrônica e diacronicamente, articulam-se enquanto um fenômeno *bipartite* que alimentou modificações nas relações entre sociedade e natureza, entre sociedade e sociedade, acarretando uma nova forma de pensar tais relações. Segundo Lefebvre,

Temos à nossa frente um duplo processo ou, se se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois aspectos deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial (Lefebvre, 1991, p. 09).

Esta *urbanização moderna* teve impacto relevante no processo de estruturação das cidades, na medida em que alterou profundamente as relações tecidas no espaço intra-urbano, mormente, tanto a configuração da estrutura urbana das cidades quanto o papel que as cidades vão desempenhar no processo de reprodução da sociedade.

No que diz respeito ao conceito de estrutura urbana, ponto importante das reflexões propostas, percebe-se que este apresenta certa dificuldade para a análise geográfica, na medida em que aparece em determinadas pesquisas, tanto como um verbete impreciso cuja definição seria dada como um conteúdo *a priori*, teoricamente, sem necessidade de elucidação; quanto, incorretamente, como sinônimo de quadro

urbano, de morfologia urbana, de organismo urbano, dentre outras expressões. Neste sentido, objetivando precisar o conceito de estrutura urbana, Castells argumenta que seu estudo,

(...) deve ser conduzido em dois planos: trata-se, por um lado, de elaborar instrumentos teóricos susceptíveis de apreender o concreto-real de uma maneira significativa e, por outro lado, de utilizar estes instrumentos numa sucessão descontínua de análises particulares visando dados fenômenos históricos (Castells, 1983, p.147).

Dessa forma, para o autor, a investigação sobre a estrutura urbana passa por uma dimensão teórica, visando a construção de um arcabouço que dê conta do entendimento da cidade enquanto materialidade, por outro, que este deve conter o movimento histórico. Para Padila,

(...) a estrutura urbana não seria outra coisa que a realidade urbana conhecida, conceitualizada a um determinado nível de abstração. Realidade urbana ou fenômeno, como vimos chamando, cujo campo de desenvolvimento encontra-se predominantemente no nível do vivido (o viver) e da vida cotidiana (a cotidianidade). (...) vemo-nos assim desembocando (a estrutura urbana) no fenômeno urbano entendido como desenvolvimento de uma sociedade no espaço, de um conjunto social e de um território. (Padila, 1978 *apud* Spósito, 1991a, p. 349).

Além destes princípios, já nos anos de 1960, Geiger desperta a preocupação com a análise escalar no debate sobre a estrutura urbana, quando argumenta que “certa fração do dinamismo do Rio de Janeiro reflete o dinamismo nacional, através de sua função de capital. A estrutura urbana revela-o” (Geiger, 1960, p. 05).

Partindo destas idéias supramencionadas, nestas reflexões propostas, a estrutura urbana deve ser pensada, primeiro, enquanto um produto da dialética entre produção do espaço e reprodução social, exprimindo a materialidade do ciclo de reprodução do capital. Portanto, sua definição, como aborda Spósito pensando o conceito no seio da Geografia Urbana, deve designar “o arranjo dos diferentes usos do solo no interior das cidades; (...) o mosaico-resultado deste processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residenciais e de lazer na cidade” (Spósito, 1991b, p. 05).

Se, por um lado, a estrutura urbana deve ser “vista como uma coleção de formas geográficas (...), sejam elas macro-formas (um bairro, por exemplo) ou microformas (um edifício)”, por outro não se pode deixar de relacionar “essa mesma estrutura com o processo de evolução da sociedade” (Abreu, 1981).

Neste sentido, é imprescindível para a análise das estruturas urbanas o entendimento do movimento que as materializam, ou seja, num plano inicial, a *estruturação urbana*. O que objetivamos argumentar é que faz-se necessário nesta discussão articular a estrutura urbana ao conjunto de determinadas ações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas almejando desvelar o jogo de interesses que demarcam os conflitos de classe na cidade. É o que, aliás, explica Castells:

O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social (Castells, 1983, p. 146-147).

Ainda pensando a discussão sobre a estruturação do espaço urbano, Sposito aprofunda esta questão evidenciando que,

O que diferentes autores que têm adotado a expressão estruturação pretendem ao agregar o sufixo “ção”, parece-nos que seria garantir a passagem da idéia de que estamos falando de um processo contínuo, múltiplo e contraditório e, por essas qualidades, ele contém sua própria negação. Isso deve ser considerado, pois a estrutura urbana, como expressão momentânea do processo mais amplo de estruturação é redefinida não apenas pela expansão territorial ou pelo acréscimo de novos usos de solo, mas também por desestruturações, ou seja, pela destruição de formas urbanas, pela negação de usos de solo urbano antes existentes ou pela total ausência deles em parcelas dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos. (Sposito, 2004, p.312).

Em função dos objetivos da pesquisa essa discussão teórica sobre o processo de estruturação urbana limitar-se-á a análise das centralidades urbanas, pensada com base na reprodução dos espaços de consumo na cidade, portanto, não destacando o papel dos espaços voltados para o uso residencial no espaço urbano.

Assim sendo, em primeiro lugar, percebemos que o debate sobre a centralidade urbana envolve a discussão sobre a divisão do trabalho (social, territorial e técnica) na cidade, portanto, está articulada aos ditames do processo de reprodução do capital,

nas diversas escalas analíticas. Há uma relação direta entre a centralidade e os centros e sub-centros, sendo os dois últimos expressões materiais do processo que alicerça a primeira.

Dessa forma, a centralidade deve ser pensada no plano da dialética, na medida em que emerge como movimento de construção, destruição e reconstrução da cidade (Lefebvre, 2004). Na realidade, é um amálgama promulgado pelo conteúdo que tece a trama urbana num jogo de forças, sendo produto da disputa pelo solo urbano, reproduzindo-o em função dos interesses de classe.

A centralidade pode ser medida pela atração que uma área exerce sobre os espaços que lhe são adjacentes. Ela revela, no nível interurbano, as relações que se estabelecem entre cidades de diferentes portes e pode ser verificada, no espaço interno de cada cidade, pelos fluxos que se efetivam entre sua(s) área(s) central(is) e outras parcelas do espaço urbano. (Sposito, 2002, p. 49).

A materialidade do processo de constituição de centralidade na cidade pode aparecer sob diversas formas, como centros, sub-centros, áreas de desdobramento dos centros, dentre outras definições. Entretanto, estas formas ao mesmo tempo em que são produzidas por este jogo de relações, influenciam no processo, tendo um plano de determinação na constituição de centralidades na cidade.

Para Castells,

(...) A centralidade urbana proveio, em primeiro lugar, a expressão a nível de espaço do que os estudiosos chamam a algum tempo de divisão social do espaço. Quer dizer, à medida que há distintas atividades, esta divisão se espacializa e, ao espacializar-se, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial (Castells, 1982, p. 65).

No que diz respeito ao centro, percebe-se que este exprime a própria constituição histórica da cidade, em outra escala, como um ponto de convergência material (atividades econômicas, políticas, culturais, etc.) e imaterial (poder, idéias, pessoas, mercadoria, etc.). Lefebvre (2004) o entende como a contradição concreta, na medida em que é concentração e escassez no plano intra-urbano. Segundo Castells “(...) os centros urbanos são a organização espacial da configuração, do intercâmbio e da coordenação, na relação com o processo de divisão social do trabalho” (Castells, 1982, p. 65).

Preocupado com os equívocos cometidos nessa discussão, Villaça (2001) destaca a importância de evitar a ruptura da dialética que constitui a compreensão do que é (ou não é) um centro, revelando que, como produto de um movimento, este não é, mas se torna centro. Significa dizer que os centros só podem ser compreendidos enquanto constituintes da cidade. Ademais, que estes são fruto da disputa pelo uso do solo urbano, portanto, “pontos estratégicos de dominação” (Villaça, 2001, p. 244).

No que diz respeito aos sub-centros, sabe-se que eles se originaram a partir do processo de expansão do tecido urbano, em função das mudanças no conteúdo da urbanização, isso posteriormente à 1ª Revolução Industrial. Articulam-se diretamente às mudanças provocadas na cidade pela expansão do sistema de transportes e de comunicação no espaço intra-urbano. Segundo Sposito, os sub-centros são,

(...) áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas. Tais atividades voltadas para um público mais restrito, funcional ou economicamente (Sposito, 1991, p. 270).

Até o início do século XX, as cidades caracterizavam-se por uma estrutura urbana mononuclear, que era alicerce e produto da divisão do trabalho (social, técnica e territorial) no espaço intra-urbano. Como expressão desta realidade, a vida cotidiana nas cidades reproduzia-se a partir de uma estrutura de relação centro-periferia.

Em função das mudanças ocorridas no processo de urbanização, registro, outrossim, de mudanças no processo de reprodução do capital, mormente, a ascensão do poder do capital financeiro, modificações na lógica da reprodução do consumo, mudanças nos padrões tecnológicos, dentre outros aspectos, percebe-se que o conteúdo da centralidade urbana passou por profundas transformações que, por sua vez influenciaram no processo de reprodução da estrutura urbana.

Este fenômeno foi evidenciado, em princípio, nas grandes áreas metropolitanas, paulatinamente dominando todas as grandes metrópoles mundiais, espalhando por países pobres e ricos. Posteriormente, a partir da década de 1970, passa a atingir as pequenas e médias cidades. Denominamos este fenômeno como o processo de reestruturação urbana e das cidades. Segundo Sposito,

(...) a construção de um conceito de reestruturação da cidade passa necessariamente pela análise das transformações ocorridas na divisão econômica e social do trabalho, e neste nível se confunde com a própria divisão econômica e social do território. (Sposito, 1991a, p. 350).

Nota-se, portanto, que ocorre um movimento de ruptura, de inflexão, na lógica de reprodução das centralidades na cidade influenciando diretamente o movimento de reprodução da estrutura urbana, fazendo eclodir no interior da cidade novos espaços de consumo (comércio e serviços), que são ditados, ao mesmo tempo em que ditam novas relações tempo-espaço no intra-urbano.

O elemento mais flagrante do processo de reestruturação do espaço urbano é o shopping center; entretanto, não é o único. A título de exemplo, no plano das atividades comerciais, adicionam-se a estes as lojas de departamentos, os hipermercados, franquias de comércio alimentício (como Mac Donald, Bob's, etc.); no plano dos serviços, novas franquias bancárias, novos centros de administração governamentais, terminais rodoviários inter e intra-urbano.

A reestruturação urbana desvela-se como uma nova estratégia de reprodução da lógica de consumo, portanto, dos espaços de consumo na cidade, só compreendida se analisada em diversas escalas. Está assentada no interior dos conflitos de classes, sendo reprodutora do processo de fragmentação e segregação urbana.

É a partir do caráter contraditório/complementar entre os interesses dos que produzem e dos que consomem, que se (re)estrutura a cidade. É a partir desta (re)estruturação que estes interesses se expressão enquanto possibilidade de realização rentista dos proprietários fundiários, de realização capitalistas dos empreendedores, e de satisfação objetivas e subjetivas, concretas e simbólicas dos consumidores (Sposito, 1991a, p. 356).

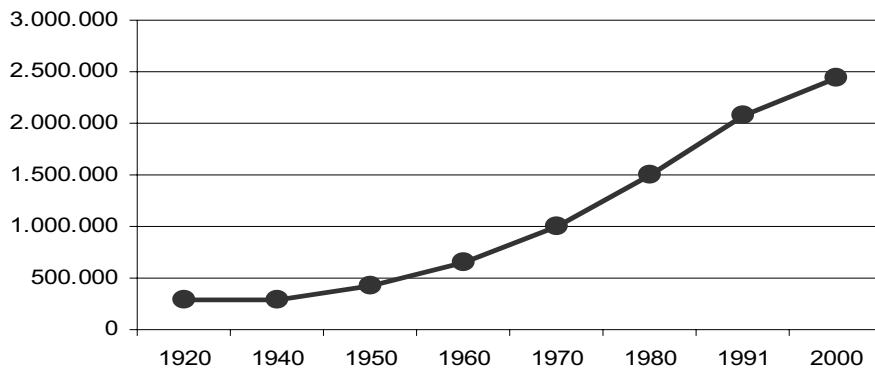
O processo de (re)estruturação do espaço urbano revela uma sobreposição entre a típica estruturação centro-periferia e a estruturação poli(multi)centralidades-cidade. Neste sentido, é verossímil que há uma relação tempo-espaço singular na cidade atual, o que vai incidir diretamente na construção do vivido, do percebido e do concebido pelos sujeitos que produzem (vivendo) o espaço urbano.

A reestruturação do espaço urbano na Metrópole Regional

Iniciado a partir da década de 1940, todavia, notoriamente, com fortes repercussões na estrutura urbana de Salvador a partir da década de 1960, um novo movimento no processo de urbaniza o soteropolitano  , portanto, engendrado. Determinamos este fenômeno como o marco inicial do processo de reestrutura o urbana da supramencionada cidade. Percebe-se que o conteúdo da urbaniza o de Salvador foi basicamente modificado por três fatores: pela diminui o massiva de seu papel enquanto ponto de escoamento da produ o agrícola, já que as economias açucareira e cacauera declinam vertiginosamente; pela consolida o de seu papel enquanto pólo de serviço no plano regional, sendo a cidade polarizadora na oferta de serviços especializados; e pela introdu o de uma nova dinâmica econômica, a partir da industrializa o, em sua área circunvizinha, sendo este último, provavelmente, a mais importante mudança na urbaniza o soteropolitana.

No caso específico de Salvador, o fenômeno da "industrializa o incipiente" (Santos, 2003) teve início, em 1947, com a explora o do Petróleo, no Lobato, e a posterior cria o da Refinaria Landulpho Alves, em 1954; a implanta o do Centro Industrial de Aratu, no município de Candeias, em 1967; a cria o do Pólo Petroquímico de Camaçari, em meados da década de 1970. O que se verifica em Salvador a partir destas a o es   um fluxo intenso de migra o para a cidade, que explode demograficamente, expandindo maciçamente seu tecido urbano (Ver Gráfico 01).

Gráfico 01: Popula o Total, Salvador, 1920 – 2000.



Fonte: IPEA, Dados macroecon micos e regionais, 1920 a 2000.

Os dados revelam que, a partir da década de 1940, a população de Salvador mais que duplica a cada 20 anos, passando de 290.443, em 1940, para 655.735, em 1960; e deste para 1.502.013, em 1980. São dados que demonstram o impacto das mudanças no conteúdo da urbanização soteropolitana, enquanto uma expressão da realidade nacional, agora assentada na reprodução do capital industrial e do capital financeiro internacional e, em menor escala, nacional.

Em função da ausência de informações em nível municipal, não obtivemos dados anteriores a 1970 sobre a população urbana e rural de Salvador. Os dados disponíveis já revelam as altas taxas de urbanização provocadas pela intensa migração ocorrida entre os anos de 1940 e 1970, produto da nova dinâmica da urbanização da cidade, ou seja, a culminância do processo (Ver Tabela 01).

Tabela 01: População Urbana e Rural, Salvador, 1970 – 2000				
	Urbana	Rural	Total	Taxa de Urbanização
1970	1.004.673	2.522	1.007.195	99,75
1980	1.499.613	2.400	1.502.013	99,84
1991	2.073.510	1.763	2.075.273	99,92
2000	2.442.102	1.005	2.443.107	99,96

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970 a 2000

A ação do Estado, nas esferas estadual e municipal, aliada aos investimentos privados no campo industrial, comercial e, principalmente, no setor da construção, é determinante no processo de reestruturação do espaço urbano de Salvador, agora pautado numa lógica especulativa imobiliária que freneticamente incitava sua valorização.

No plano dos transportes e comunicação, a partir da década de 1960, Salvador vai ser profundamente modificada, com a abertura das chamadas avenidas de Vale, como a Vasco da Gama, a Centenário e a ACM, e a expansão do sistema de eletrificação urbana, a partir da década de 1980, pela periferia da cidade. Na década de 1970, a construção da Av. Suburbana e da Paralela, constituem-se nas mais formas de consolidação da expansão do tecido urbano, ditado por esta nova fase da urbanização.

As repercussões deste processo de reestruturação urbana significaram a ocupação quase que completa dos supramencionados “vazios urbanos”. Nas áreas com pouca infra-estrutura, como as encostas, espaços alagadiços e as vertentes, que ocupam a porção noroeste da cidade, margeando a orla da Baía de Todos os Santos, bem como o miolo central, implantam-se as habitações das camadas populares, a maioria realizadas de forma irregular e a partir do sistema de auto-construção. Na parte infra-estruturada da orla atlântica, bem como, por exemplo, dos arredores das Avenidas ACM, Tancredo Neves e Juraci Magalhães Junior, espaços que foram fortemente valorizados, percebe-se a ocupação das classes mais abastadas da sociedade soteropolitana.

O processo de reestruturação da urbanização invade as décadas de 1990 e 2000, marcado por transformações que aprofundam as alterações na estrutura urbana, em função das políticas estadual e municipal incitam o “desenvolvimento” da cidade de Salvador preconizando suas ações para a atividade turística, aliado ao processo de constituição das cidades que seriam produzidas para serem vendidas ao mercado; pela penetração do capital financeiro, aliado aos capitais imobiliários, comerciais e industriais, que passa a comandar o processo de reestruturação do espaço urbano, intensificando o fenômeno da segregação social; finalmente, com menor força, pela Implantação da Ford, no município de Camaçari, que exige novas demandas imobiliárias e financeiras em Salvador.

As mudanças mais significativas neste último período não são necessariamente direcionadas à expansão do sistema de transporte no seio da metrópole (o que não quer dizer que ações pontuais não ocorreram), mas pela modernização da infra-estrutura criada, principalmente, para atender o fluxo turístico que passa a ser atraído para a cidade, pondo, muitas vezes em detrimento as necessidades da população como um todo.

No plano da modernização da infra-estrutura, elementos deste fenômeno são percebidos pela reestruturação do Aeroporto Internacional Luis Eduardo Magalhães (antigo, Aeroporto 2 de Julho); “revitalização” do Centro Histórico; melhoria na qualidade dos equipamentos públicos na orla Atlântica, na Pituba, no Itaigara; duplicação da Av Paralela; redirecionamento do sistema de esgotamento sanitário; e

reforma das Praças de uso coletivo . No plano da introdução do capital financeiro, que, como foi dito anteriormente, se aliou ao setor imobiliário e comercial, são percebidas mudanças no conteúdo das edificações, bem como a expansão do número de construções de prédios para fins de escritórios e serviços financeiros; a expansão da lógica de implantação dos condomínios fechados e dos Alphavilles; a expansão das áreas residenciais voltadas para as classes abastadas e médias; a produção de espaços voltados para estacionamento; dentre outros aspectos.

Um novo conteúdo no Centro, os sub-centros e as novas centralidades

O processo de reestruturação urbana de Salvador teve impacto significativo na estrutura urbana e da cidade. Dessa forma, a metrópole soteropolitana passa de uma lógica mononuclear, para uma lógica poli(multi)nucleada. Este fenômeno, por sua vez, provocou e continua acarretando sérias implicações no processo de reprodução da vida no seio da metrópole regional.

Este novo conteúdo da urbanização ocasionou, em princípio, o fenômeno da *descentralização centralizada*, modificando o cotidiano das relações intra-urbanas e inter-urbanas em Salvador. Parte deste processo vai ser alicerçada pela ação do Estado, nas esferas estadual e municipal, que modifica o arranjo espacial da estrutura político-administrativa na cidade e de alguns serviços importantes. Enfatizam-se, dentre estes, a criação do Centro Administrativo da Bahia, em 1972; a mudança da Estação Rodoviária, na década de 1970, para as imediações a AV. ACM; e o espraiamento das agências bancárias públicas por toda a cidade. A outra esfera do processo realizar-se-á, expressivamente, pela iniciativa privada, principalmente, das grandes lojas de departamentos e mercados que passam a descolar-se da área central para novos espaços produzidos em função da expansão do tecido urbano.

Concomitante ao processo de *descentralização centralizada*, o surgimento de novos equipamentos urbanos altera a estrutura urbana soteropolitana, na medida em que incorpora às áreas mais afastadas do Centro (tradicional) elementos que (re)configuram e (re)definem a teia de relações entre os cidadãos e a metrópole regional. Estes equipamentos, aliados à lógica da reprodução da cidade para o

consumo, são identificados na paisagem pela implantação de *shoppings centres*, mega-estabelecimentos comerciais, aglomerados de estabelecimentos de serviços públicos e privados, dentre outros, ocupando todos os espaços da cidade, privilegiando, entretanto, áreas induzidas pelo Estado para serem “novos centros” de Salvador.

Esta cidade poli(multi)nucleada, ao mesmo tempo em que é produzida por uma nova lógica, assentada na reprodução do espaço para novas formas de consumo e para o ditames do capital financeiro, aliado ao imobiliário, ao comercial e ao industrial, reproduz esta mesma lógica, na medida em que é condição do processo de reprodução desta nova fase da sociedade capitalista. Uma hodierna concepção de acumulação do capital que, assentada na expansão setor terciário e da terciarização social, propondo novos mecanismos de exploração do trabalho, em detrimento da reprodução da sociedade industrial, contraditoriamente, nega a sociedade do trabalho, recriando os mecanismos da segregação sócio-espacial.

Assim sendo, as repercussões na estrutura urbana de Salvador podem ser verificadas em três planos, enfatizados pela pesquisa: as modificações na dinâmica e no conteúdo do centro tradicional, as transformações no conteúdo dos antigos sub-centros, e o surgimento de novos sub-centros e a formação de novas centralidades na cidade.

Como impacto do processo de reestruturação urbana em Salvador, percebe-se a notoriedade do fato de que há uma modificação no papel que o Centro (tradicional) passa a desempenhar no bojo da cidade como um todo. Ao mesmo tempo em que há estas mudanças no papel, o próprio conteúdo deste ganha novos significados pela alteração das formas e das funções que estas desempenham na estrutura urbana.

A transferência de grande parte das atividades políticas do Estado e de uma pequena parte das atividades políticas do município e a descentralização das atividades bancárias para outras centralidades ou sub-centralidades incide diretamente no papel que o Centro (tradicional) desempenha como “coração financeiro” da metrópole. Do mesmo modo, o conteúdo simbólico associado a este papel.

No plano do capital imobiliário, proporcionalmente, o Centro (tradicional) passa paulatinamente a perder investimentos em comparação com outras áreas de Salvador,

direcionadas para especulação imobiliária. Outra modificação relevante que deve ser destacada liga-se ao capital comercial. Neste ponto, permanece como grande provedor em quantidade e presença de estabelecimentos de uma variedade muito ampla de produtos. Outrossim, amplia-se a oferta do comércio de varejo e do mercado informal.

O Centro (tradicional) também acompanha as mudanças no plano comercial, assentadas no modelo ideológico de modernização, que assolam Salvador como um todo. Visando tornar-se mais competitivo, atraiu investimentos para a construção de dois shoppings centers, a partir da década de 1980. O Shopping Piedade, em 1985, e o Shopping Center Lapa, em 1996, soerguendo a dinâmica comercial e de serviços neste local.

Todavia, as camadas abastadas da sociedade soteropolitana passam a atenuar sua presença enquanto consumidora, priorizando outras áreas modernizadas da cidade e que contém maior conteúdo de status, geralmente localizadas nas novas centralidades da cidade. Nesta ótica, o processo de reestruturação urbana emerge como movimento de reprodução da segregação e da fragmentação da cidade, na medida em que reproduz espaços de consumo voltados para determinadas camadas sociais.

O Centro (tradicional) ainda prevalece como o grande concentrador da oferta de trabalho, pelo menos em quantidade, se comparado a outras áreas da cidade, entretanto, composto por postos menos especializados, o que incide em menor remuneração para os trabalhadores, sendo palco privilegiado do mercado informal.

Um impacto muito evidente no que diz respeito ao lazer ofertado no Centro ocorreu com os cinemas. O Centro (tradicional) concentrava, até a década de 1980, a maior parte dos cinemas de Salvador. Todavia, com processo de transformações neste setor de serviços, a partir da década de 1990, a maior parte destes cinemas foi fechada, ganhando novas funções urbanas.

Atualmente, excetuando-se aqueles que estão localizados nos shoppings centers, os cinemas que perduram localizados nas áreas centrais de Salvador tiveram que passar por uma mudança no conteúdo do serviço oferecido. São filmes de conteúdo específico, pouco ou não veiculados nos circuitos comerciais dos shoppings, denotando, com certas ressalvas ao conceito, uma idéia de *gentrificação* já que atende

a uma clientela que consome produtos da indústria cinematográfica cujo conteúdo é prioritariamente “cultural”.

Além das mudanças no papel do Centro (tradicional) de Salvador, a reestruturação do espaço urbano, impondo uma nova lógica na centralidade urbana, provocou o surgimento de áreas com papel de satisfazer novos desejos e necessidades da população soteropolitana. A materialidade deste processo evidencia-se na formação de um novo centro, o Iguatemi, e a explosão de vários sub-centros pela cidade, com conteúdo e papéis diferenciados.

O Iguatemi, reconhecido como “um novo centro” de Salvador, começou a ser arquetizado, *urdido*, a partir da década de 1970, com as supramencionadas obras de infra-estrutura local. A oferta de novos serviços pelo poder público, como a implantação do Detran, em 1973, e do novo Terminal Rodoviário de Salvador, em 1974, contribuíram para fortalecer a centralidade. Em 1975, foi o Shopping Center Iguatemi, segundo do país, tendo grande impacto, e o Hipermercado de Salvador, em 1980. Além destes, passaram paulatinamente a serem incorporadas à área uma gama infinita de atividades comerciais e de serviços que foram impulsionadas e, concomitantemente, reforçavam o caráter central do lugar.

Contínuas obras de melhorias nas décadas de 1990 e no período atual, mormente, a conclusão do terminal intra-urbano de ônibus coletivo e sucessivos viadutos de articulação exprimem-se como formas de valorização foram influenciadas e influenciam pela/na reprodução do poder que a área exerce sobre a cidade como uma centralidade.

Além da implantação de grandes estabelecimentos de comerciais, como o Makro Atacadista S.A., década de 1990, o GBarbosa, em 2000 e, do Sam’s Club, em 2006, como culminância deste fenômeno, estão em processo de conclusão as obras de ampliação do Shopping Iguatemi e a implantação do Shopping Salvador, com inauguração prevista para abril de 2007.

O movimento de implantação dos shoppings em Salvador, iniciado pelo Shopping Center Iguatemi, inaugurou uma nova fase no processo de reprodução dos espaços de consumo na cidade de Salvador, já que se materializou em diversos pontos da cidade, construindo uma nova ideologia para a população soteropolitana. Como

condição e produto deste processo, novas sub-centralidades foram criadas na cidade materializando-se em novos sub-centros espalhados tanto nos arredores das áreas centrais da cidade, quanto nas áreas mais distantes da periferia pobre ou rica. Deste modo, durante toda a década de 1980 e 1990, o que se observa na cidade é um surto de surgimento de shoppings, tendo destaque o Shopping Center Igaigara, em 1980, o Shopping Barra, em 1987, e o Aeroclub Plaza Show, em 1999.

Alguns shoppings, tanto da parte pobre da periferia de Salvador, quanto das áreas mais elitizadas, passam por sérias dificuldades financeiras, por diversos motivos, seja por já que não tem condições de disputar com os grandes empreendimentos supramencionados ou por não ter apoio nem interesse por parte do poder público. No caso da periferia pobre, este fato converge para seu fechamento, como ocorrido com o Bonfim Center, inaugurado em 1996, e declinando no final da década de 1990. No caso da parte nobre, como o Aeroclub Plaza Show, estratégias públicas e privadas são arquitetadas na tentativa de assegurar a continuidade do estabelecimento.

Além destes, estão atualmente em processo ou/projeto de implantação os Shoppings Paralela, no local homônimo, uma área de notável especulação imobiliária e valorização; e o Megacenter, próximo a Rótula do Abacaxi, projetado para ser inaugurado em 2008, que prevê a criação de um novo bairro na cidade, já que é projetado para concomitantemente implantar 24 edifícios residenciais e 05 comerciais no entorno, compondo um mega-elemento na estrutura urbana de Salvador.

Analisando-se as áreas onde estes shoppings centers já foram implantados, diferente da centralidade do Iguatemi que atrai um público consumidor de todas as partes da cidade, constituindo-se, portanto, como um “novo centro” em Salvador, estes outros shopping, junto com os equipamentos comerciais e de serviços que a eles se adicionam, constituem-se como novos sub-centros urbanos, cujo caráter é diferenciado dos velhos sub-centros, principalmente, no tocante a estratificação social e ao papel que desempenham para as “regiões” da cidade para as quais destinam a oferta de comércio e serviços.

Os velhos sub-centros urbanos da parte pobre da periferia, como o da Calçada e o da Liberdade, este último impulsionado pela expansão demográfica do bairro homônimo a partir da década de 1950, passam por um duplo processo de

transformação e permanência (Vasconcelos, 1999). Por um lado, mudam seu conteúdo, na medida em que passam a incorporar serviços que se re(des)centralizaram do centro (serviços bancários, lojas de departamento, serviços administrativos, etc.) ou foram implantados nestes locais, visando atender a esta camada social específica da população de Salvador; por outro, mantém a especificidade de constituírem-se como sub-centros da cidade.

Esta é, assim, a nova face da estrutura urbana da metrópole soteropolitana, um alicerce do (alicerçado pelo) fenômeno da reestruturação urbana, que marca de forma flagrante a contradição entre o velho e o novo, entre o moderno e o atraso, entre os espaços de consumo e o consumo dos espaços. Constitui-se como uma metrópole regional poli(multi)nucleada, já que sua estrutura urbana revela-se com uma teia de relações entre áreas centrais e não-centrais espalhadas por todo o tecido urbano.

No plano de vida cotidiana, esta nova fase da urbanização de Salvador cria e recria, destrói e reconstrói as relações entre os cidadãos, sem deixar de reproduzir a segregação e a fragmentação social no espaço intra-urbano, marca das cidades capitalistas, tanto na escala das micro-estruturas, como o shoppings, como das macro-estruturas, como os bairros.

Considerações finais

A discussão sobre o processo de reestruturação do espaço urbano vem ganhando novas facetas, na medida em que passa a ser palco central, junto com outros debates, na análise sobre a cidade, em destaque para o plano do intra-urbano, mormente, sobre a leitura de como se reproduz a estrutura urbana das cidades.

Neste sentido, diferente de entender a *estrutura* urbana como o resultado do processo analítico do movimento de reprodução das cidades, comum às análises estruturalistas, deve-se investigá-la como um produto dialético do processo de urbanização, possuindo também um nível de determinação no processo, já que é condição de realização do fenômeno.

No bojo desta discussão, algumas observações relevantes devem ser norteadas, com o intuito de compreender a totalidade do processo:

- Como primeira observação, compreender que não é o shopping ou qualquer equipamento localizado na cidade em si que produz a centralidade urbana. Na realidade, eles são produtos de uma nova lógica no conteúdo da urbanização, ao mesmo tempo em que contribuem para a reprodução do processo;
- Seguindo a lógica supramencionada, evitar inferências que instituem um raciocínio pautado no determinismo tecnológico, o que faz compreender que estas novas centralidades são produtos em si, por exemplo, das alterações na rede viária e nos serviços de comunicação. Como os outros equipamentos, estes também são oriundos de decisões e ações políticas, econômicas e sociais, que compõem o conteúdo de fases na urbanização; expressam a materialidade da lógica, sendo dialeticamente condição para a continuidade do processo;
- Em segundo lugar, compreender, como alerta Sposito (2004), que é fundamental analisar o papel destes elementos e centralidades articulados ao conjunto da cidade como um todo;
- Em terceiro plano, perceber que o processo de reestruturação do espaço urbano não nega a estruturação anterior. Há, genuinamente, um movimento de sobreposição entre a estrutura urbana herdada e o movimento de reestruturação desta;
- Em última instância, não deixar de analisar o plano do espaço intra-urbano, como destaca Villaça (2001), sem articulá-lo ao processo de reprodução da sociedade como um todo, portanto, não perdendo de vista os fenômenos que ocorrem em outras escalas analíticas.

As mudanças ocorridas em Salvador nas últimas décadas revelam uma transformação profunda na lógica da urbanização, sendo fortemente influenciada pelos ditames do capital financeiro, aliado aos capitais comerciais, imobiliários e industriais. O Estado, nas suas diversas esferas, tem papel crucial neste processo, junto com os demais agentes de produção do espaço urbano. Assim, a nova divisão do trabalho (social, técnica e territorial) influencia diretamente na constituição de novas centralidades na cidade, redefinindo os locais onde as atividades econômicas, de serviços e residenciais localizar-se-ão no espaço intra-urbano, redefinindo, ao mesmo tempo, o movimento de reprodução da vida cotidiana.

Como argumentado outrora, percebe-se que a reestruturação urbana em Salvador reconstrói a dialética entre velho e o novo, entre o atraso e a modernidade, no plano do espaço intra-urbano como condição mesma, por um lado, da reprodução do capital imobiliário, na medida em que recria o desejo e o consumo dos cidadãos impelidos satisfazerem suas novas necessidades garantindo a reprodução deste capital na aquisição destes novos produtos ofertados pelo setor imobiliário; por outro, da atração de novos investimentos estatais e privados no sentido de sustentar projetos de “requalificação” ou “revitalização” das áreas centrais com o propósito de legitimar a reprodução da metrópole para ser vendida para o mercado no interior de um pacote turístico, sempre pondo em detrimento os interesses da coletividade.

Referências

Abreu, M. 1981. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, 43(4), Out-Dez, p. 577-585. Rio de Janeiro.

Castells, M. 1982. A intervenção administrativa dos grandes centros urbanos. **Revista Espaço & Debates**, p. 64 -75. São Paulo: Cortez.

_____. 1983. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Geiger, P. 1960. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XXII, n.1, Jan-Mar, p. 03 - 45. Rio de Janeiro.

Jornal A tarde. Shopping center cria seu próprio bairro. 18 de agosto de 2006

Jornal A tarde. Novos shoppings agitam mercado. 18 de junho de 2006

Jornal Correio da Bahia. Especial shopping. 20 de março de 2005

Lefebvre, H. 2004. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora URMG.

Lefebvre, H. 1991. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes.

Santos, J. **A periferia enquanto espaço de reprodução da vida**, 2003. Instituto de Geociências da UFBA. Salvador (Dissertação de Mestrado).

Santos, M. 1997. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec.

Sposito, M. E. B. 1991a. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo. (Tese de Doutorado).

_____. 1991b. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geográfica**, n. 10, p. 01-18. , Presidente Prudente/SP, UNESP.

_____. 2002. Centralidade intra-urbana. **Conjuntura Prudente.** Número especial, p. 49-52. Presidente Prudente: GASPERR, FCT, UNESP.

_____. 2004. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP-Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente/SP. (Tese de Livre Docência).

Vasconcelos, P. de A. 1999. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade.** Ilhéus: Editus.

Villaça, F. 2001. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP.